

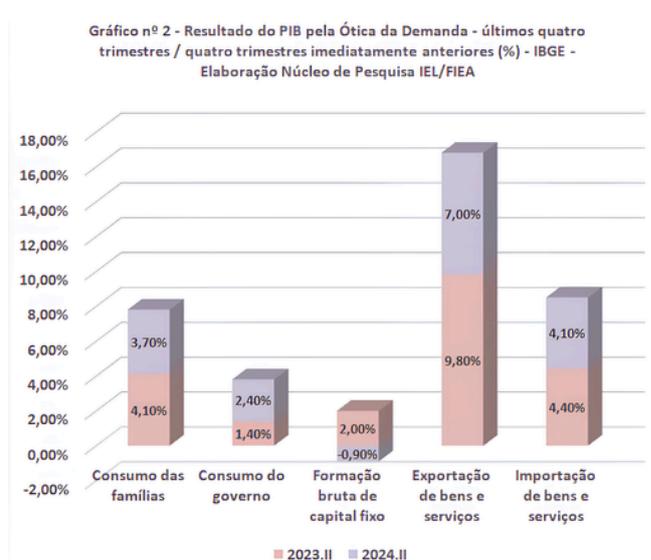
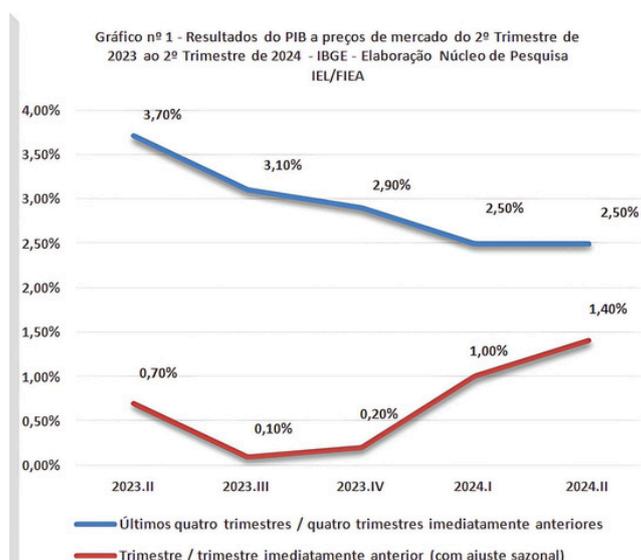
PANORAMA CONJUNTURAL

Agosto de 2024
em Setembro de 2024

PIB brasileiro cresce acima das previsões

O comportamento do PIB no período de 2023.II a 2024.II trouxe uma surpresa positiva para o mercado financeiro, que inicialmente apostava em um crescimento na margem de 0,9%. Contudo, o aumento registrado pelo IBGE foi de 1,4%, frustrando as expectativas mais conservadoras (ver gráfico nº 1). Esse resultado superior ao previsto reflete a influência de vários fatores econômicos, principalmente a elevação do consumo interno e a melhora no mercado de trabalho, apesar de alguns sinais de desaceleração em setores específicos.

O salário mínimo real subiu de R\$ 1.370,00 em 2023.II para R\$ 1.412,00 em 2024.II, o que ajudou a impulsionar o consumo das famílias, responsável por um crescimento de 4,1% em 2023.II, embora tenha desacelerado para 3,7% em 2024.II. A massa salarial real, que aumentou de R\$ 295,25 bilhões para R\$ 316,25 bilhões, reforçou o poder de compra, contribuindo para o desempenho mais forte do PIB no período.

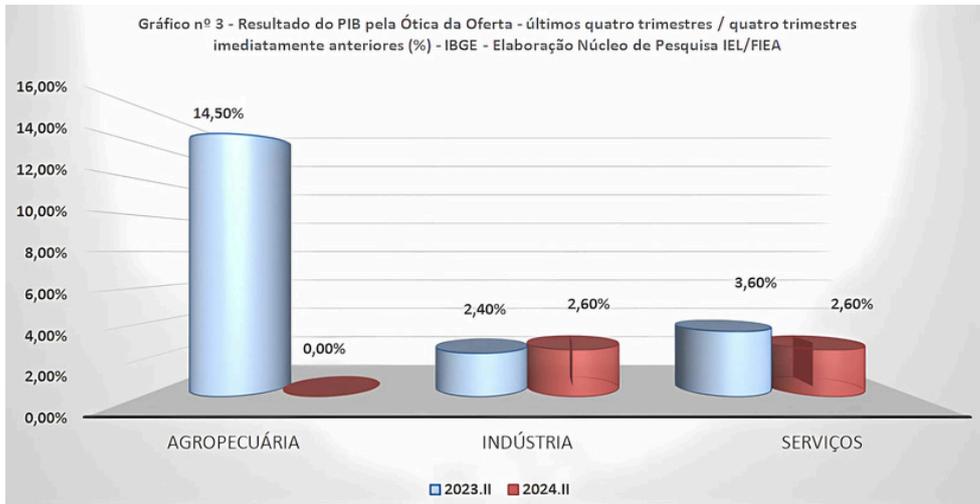


Além disso, a taxa de desemprego caiu de 8,0% para 6,9%, o que favoreceu o consumo e a demanda por bens e serviços, gerando impactos positivos sobre a produção e, conseqüentemente, o PIB. A melhora no mercado de trabalho foi um fator crucial para o aumento da atividade econômica, já que mais pessoas empregadas significam maior geração de renda e mais consumo.

Entretanto, a taxa de endividamento das famílias diminuiu de 18,4% para 17,18%, sugerindo um comportamento cauteloso das famílias em relação ao consumo, mesmo com a elevação da renda. Esse fator pode ter moderado o impacto positivo do aumento salarial, especialmente no final do período analisado, quando o crescimento do consumo desacelerou em relação ao início de 2023.

Outro ponto importante foi a retração nos investimentos, medida pela formação bruta de capital fixo, que passou de um crescimento de 2,0% em 2023.II para uma queda de -0,9% em 2024.II. A redução nos investimentos refletiu a alta das taxas de juros e o aumento das incertezas econômicas, o que impactou negativamente a capacidade produtiva futura, limitando um crescimento ainda mais expressivo do PIB.

As exportações de bens e serviços também sofreram uma desaceleração, caindo de um crescimento de 9,8% para 7,0% entre 2023.II e 2024.II, enquanto as importações desaceleraram de 4,4% para 4,1%. A diminuição das exportações foi influenciada pela queda da demanda global, afetando a balança comercial e, por extensão, o crescimento econômico. No entanto, a redução nas importações ajudou a compensar parcialmente esse impacto.



No que se refere à oferta, o setor agropecuário apresentou forte crescimento de 14,5% em 2023.II, mas estagnou em 2024.II, enquanto o setor industrial registrou um leve aumento de 2,4% para 2,6%. Esse desempenho industrial, apesar de modesto, não inibiu a melhora da confiança entre os empresários, refletida no Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)[1], que subiu 1,6 ponto em setembro de 2024, alcançando 53,3 pontos, acumulando dois meses de alta, afastando-se da linha divisória de 50 e indicando maior otimismo. A confiança foi impulsionada por avaliações mais positivas sobre a economia, tanto nas condições atuais quanto nas expectativas futuras. O setor de serviços, com maior peso no PIB, desacelerou de 3,6% para 2,6%, impactado pela cautela no consumo das famílias e pela retração nos investimentos.

Portanto, o resultado do PIB, que superou as expectativas iniciais do mercado, pode ser atribuído ao aumento da renda, à queda do desemprego e à resiliência do consumo, embora a redução nos investimentos e o enfraquecimento de alguns setores tenham limitado um crescimento mais robusto.

Banco Central eleva a selic em 0,25%

Como indicado na ata da reunião anterior do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB), a taxa Selic foi elevada de 10,50% para 10,75% ao ano, atendendo às expectativas de 75% dos investidores do mercado financeiro. O comunicado divulgado após a reunião sinaliza um ciclo de alta, com o objetivo de levar o IPCA à meta de 3% ao ano até 2026. Segundo a pesquisa FOCUS de 16/09/2024, embora o IPCA apresente uma trajetória de queda, as expectativas do mercado permanecem acima do centro da meta, com projeções de 4,35%, 3,95% e 3,61% para 2024, 2025 e 2026, respectivamente. As estimativas de inflação suavizada para os próximos 12 e 24 meses, períodos relevantes para a política monetária, também seguem uma tendência de queda, projetando-se em 4% e 3,69% ao ano. Essas projeções sugerem que o BCB pode ter agido de forma precipitada, já que a inflação está controlada dentro da faixa de tolerância e converge para o centro da meta.

Outros fatores também indicam um possível aqodamento do BCB ao elevar a taxa de juros. Do ponto de vista fiscal, o próprio mercado já reconhece que o arcabouço fiscal será cumprido, com um déficit primário de aproximadamente R\$ 28 bilhões em 2024. A mediana das expectativas para o comportamento das contas públicas foi ajustada de -0,8% do PIB no início de janeiro deste ano para 0,6% em meados de setembro, sugerindo uma redução no risco fiscal.

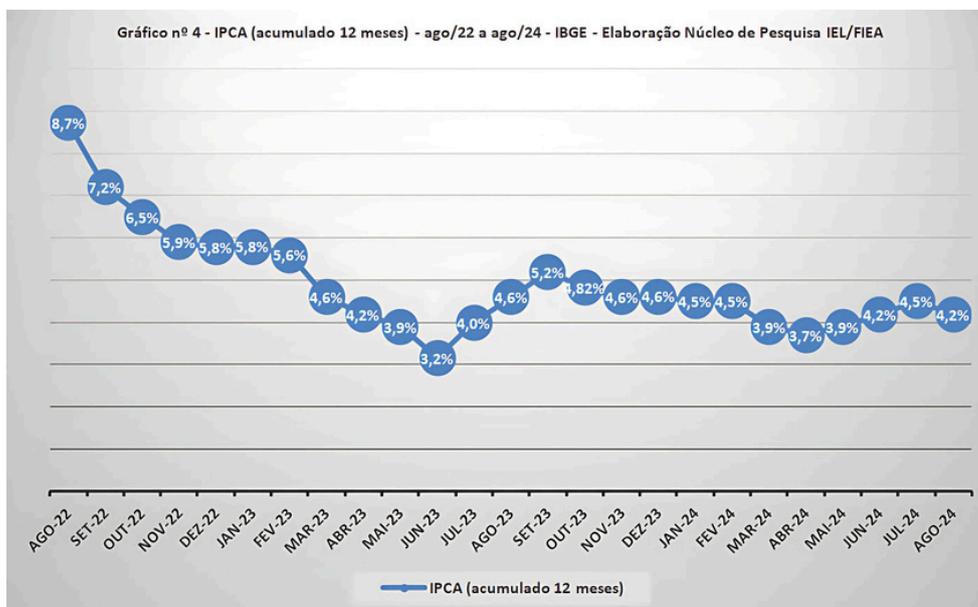
No cenário internacional, com o risco de recessão nos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED) iniciou um ciclo de corte de sua taxa básica, reduzindo-a em 0,5%, para o intervalo de 4,75%-5%, e o mercado já prevê novas reduções. De acordo com o monitor de juros do FED, 62% dos investidores esperam uma nova queda de 0,25% na próxima reunião. O início do ciclo de baixa de juros do FED ampliaria a diferença em relação à taxa Selic, mesmo que esta permanecesse em 10,50% ao ano, e reduziria a pressão de alta sobre a taxa brasileira.

Os movimentos divergentes entre a política monetária do BCB e a do FED não apenas aumentam a diferença entre as taxas básicas, contribuindo para a valorização do real, com maior entrada de capitais de curto prazo em busca de ganhos via operações de carry trade, e redução da inflação no Brasil, mas também prejudicam a competitividade das exportações brasileiras, especialmente de produtos de maior valor agregado.

[1] [indexedconfiancadoempresarioindustrial_setembro2024.pdf](https://portaldaindustria.com.br/indexedconfiancadoempresarioindustrial_setembro2024.pdf) (portaldaindustria.com.br).

Com a elevação de 0,25% nos juros, o Brasil passa a ter a segunda maior taxa de juros real do mundo, de 7,33% ao ano, atrás apenas da Rússia, com 9,05%. Segundo dados do site Moneyou, a taxa média de 40 países é de 0,63% ao ano, com exemplos como China (0,71% ao ano), EUA (0,98% ao ano), Chile (0,29% ao ano) e Espanha (0,49% ao ano). Esse cenário agrava o desafio de estabilizar e reduzir a relação dívida/PIB, que gerou mais de R\$ 800 bilhões em pagamento de juros nos últimos doze meses.

Convém notar que, diferentemente do argumento do BCB sobre o aquecimento da economia brasileira para justificar a alta dos juros, a economia dá sinais claros de desaceleração, tanto na demanda quanto na oferta, como mostrado na comparação dos últimos quatro trimestres com o período anterior. O crescimento do PIB caiu de 3,7% para 2,5% ao ano (ver gráfico nº 1). Em síntese, o risco da elevação dos juros é comprometer a sustentabilidade de uma economia que começava a mostrar maior dinamismo, especialmente no setor industrial, após um longo período de estagnação, e nos investimentos, que vinham crescendo de forma modesta.



A produção industrial brasileira em julho de 2024

A produção industrial recuou 1,4% em julho de 2024 em relação a junho, após o impacto do desastre ambiental no Rio Grande do Sul, mas essa queda não compromete a trajetória de crescimento que a indústria e o PIB vinham apresentando. A retração foi concentrada em poucos setores, como o alimentício e de biocombustíveis, afetados por problemas climáticos e incêndios em São Paulo. Embora os desafios persistam, como o risco de aumento da Selic, bens de consumo duráveis e bens de capital seguem em expansão, liderando o crescimento industrial. No acumulado de janeiro a julho de 2024, esses segmentos registram as maiores altas, com destaque para a indústria automobilística e de máquinas e equipamentos. Mesmo com quedas pontuais em julho, bens intermediários e bens de consumo semi e não duráveis também mostram crescimento no ano, puxados por setores como carnes, bebidas e embalagens.[1]

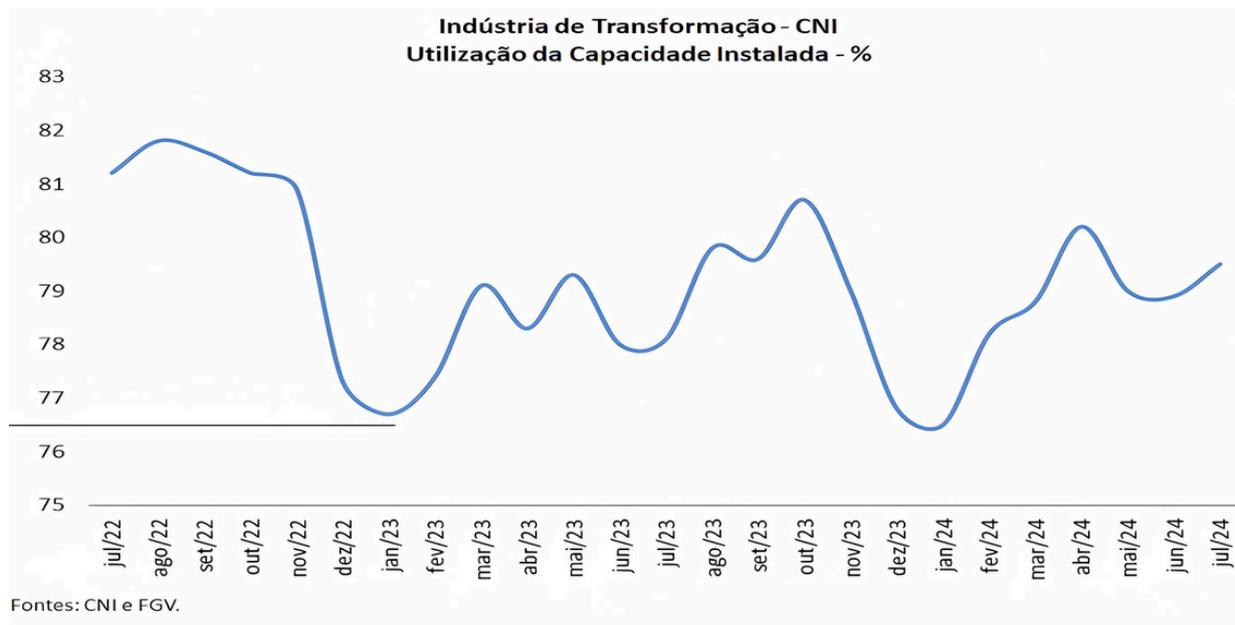
Variações da Produção Industrial - Julho 2024 - %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-1,4	6,1	3,2	2,2
Bens de capital	2,5	17,3	6,8	-2,4
Bens intermediários	-0,3	4,0	2,3	2,1
Bens de consumo	-2,5	8,7	4,5	3,4
Bens de consumo duráveis	9,1	31,4	8,1	3,5
Semiduráveis e não duráveis	-3,1	5,5	3,9	3,4
Extrativa Mineral	-2,4	-0,4	1,8	4,7
Transformação	-1,3	7,3	3,4	1,7

Fonte: IBGE.

[1] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Segundo dados da CNI, a taxa de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação em julho de 2024 manteve-se estável em relação ao mês anterior, atingindo 79,5% na série com ajuste sazonal. Em comparação com julho de 2023, o indicador apresentou um aumento de 1,6 p.p. Embora tenha superado o nível registrado no período pré-pandemia (fevereiro de 2020: 77,3%), ainda se encontra abaixo da média histórica de 80,4%.



[1] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Índice de Preço (%)	2023								2024						
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
IGP-DI	-2,33	-1,45	-0,40	0,05	0,45	0,51	0,50	0,64	-0,27	-0,41	-0,30	0,72	0,87	0,50	0,83
INCC-DI	0,59	0,71	0,10	0,17	0,34	0,20	0,07	0,31	0,27	0,13	0,28	0,52	0,86	0,71	0,72
IGP-M	-1,84	-1,93	-0,72	-0,14	0,37	0,50	0,59	0,74	0,07	-0,52	-0,47	0,31	0,89	0,81	0,61
IPC-M	0,48	-0,25	0,11	-0,19	0,27	0,27	0,42	0,14	0,59	0,53	0,29	0,32	0,44	0,46	
IPA-M	-2,72	-2,73	-1,05	0,17	0,41	0,60	0,71	0,97	-0,09	-0,90	-0,77	0,29	1,06	0,89	
INCC-M	0,40	0,85	0,06	0,24	0,24	0,20	0,10	0,26	0,23	0,20	0,24	0,41	0,59	0,93	0,69
IPC-FIPE	0,20	-0,03	-0,14	-0,20	0,29	0,30	0,43	0,38	0,46	0,46	0,26	0,33	0,09	0,26	0,06
INPC	0,36	-0,10	-0,09	0,20	0,11	0,12	0,10	0,55	0,57	0,81	0,19	0,37	0,46	0,25	0,26
IPCA	0,23	-0,08	0,12	0,23	0,26	0,24	0,28	0,56	0,42	0,83	0,16	0,38	0,46	0,21	0,38

Fonte: Ipeadata e Bacen

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
JUN/23	3,91	82,52	1 905,20
JUL/23	4,24	83,71	1 973,80
AGO/23	4,44	91,51	1 942,29
SET/23	4,84	87,61	1 864,37
OUT/23	4,45	81,17	1 993,55
NOV/23	3,90	79,50	2 038,46
DEZ/23	4,18	80,72	2 050,11
JAN/24	4,32	82,49	2 052,73
FEV/24	4,24	83,83	2 053,83
MAR/24	4,63	87,87	2 293,51
ABR/24	4,50	80,33	2 332,27
MAI/24	4,27	85,36	2 326,51
JUN/24	4,34	81,44	2 329,48
JUL/24	3,82	77,02	2 424,01

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) / (FED)

Indicadores de Confiança II	
Meses	Risco Brasil
JUN/23	233
JUL/23	217
AGO/23	211
SET/23	206
OUT/23	202
NOV/23	200
DEZ/23	195
JAN/24	201
FEV/24	210
MAR/24	207
ABR/24	212
MAI/24	211
JUN/24	229
JUL/24	227

Fonte: IPEADATA

Meses	Indicadores de Confiança III						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos doze Meses	Taxa de Juros Selie (% a.a)	Taxa Real Esperada Selie (a.a)
JUN/23	4,82	11,72	4,71	6,69	3,16	13,75	10,27
JUL/23	4,74	11,26	3,94	7,04	3,99	13,15	8,81
AGO/23	4,92	10,98	4,06	6,65	4,61	13,15	8,16
SET/23	5,01	11,06	4,17	6,61	5,19	12,65	7,09
OUT/23	5,06	11,15	4,08	6,79	4,82	12,65	7,47
NOV/23	4,94	10,41	3,93	6,23	4,68	12,15	7,14
DEZ/23	4,84	10,05	3,80	6,02	4,62	11,65	6,72
JAN/24	4,95	9,91	3,70	5,99	4,51	11,65	6,83
FEV/24	4,98	9,89	3,45	6,23	4,50	11,15	6,36
MAR/24	5,00	9,85	3,55	6,08	3,93	11,15	6,95
ABR/24	5,17	10,39	3,64	6,51	3,69	10,65	6,71
MAI/24	5,24	10,56	3,63	6,69	3,93	10,40	6,23
JUN/24	5,56	11,18	3,60	7,32	4,23	10,40	5,92
JUL/24	5,66	11,38	3,71	7,40	4,50	10,40	5,65

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE:

José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE-PRESIDENTE:

José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO:

Walter Luiz Juca Sá

COORDENADOR UNIDADE TÉCNICA

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL

DIRETOR REGIONAL:

José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE:

Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA - IEL/AL

COORDENADORA:

Eliana Maria de Oliveira Sá

CONSULTORES:

Luciana Peixoto Santa Rita
Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

ANALISTAS:

Morgana Maria Machado Moura
Juliana Ferro Pereira

ESTAGIÁRIOS:

Bruno Melo Vasconcelos
Maria Raquel Farias Cezário
Marya Rita Melquiades Pereira
Welde Messias Vieira da Silva

DESIGN/LAYOUT:

Yasmin Nayara de Araújo Costa

Agosto de 2024
em Setembro de 2024